

Políticas de produção de conhecimento: experiências racializadas na Universidade e a transformação da narrativa acadêmica

Widlane de Oliveira Lourenço¹
Tainá dos Santos Oliveira²

Resumo

Partindo da consideração da mudança do perfil de ingressantes na universidade, a partir da Lei de Cotas para o Ensino Superior, o presente artigo busca discutir como a crescente entrada (e permanência) de populações minoritárias em representação nos espaços universitários tem fomentado a construção de ferramentas ético-metodológicas de ensino e pesquisa que enfrentem os discursos hegemônicos aos quais a universidade está historicamente atrelada. Considerando a importância da criação de espaços de diálogo e pesquisa comprometidos com a especificidade da experiência racial brasileira, acreditamos que a sala de aula é um local de disputa discursiva e propomos uma reflexão sobre as modalidades racializadas de leitura e escrita acadêmica. A partir de experiências como discente e docente negras de um polo de interior, de uma universidade federal, apostamos na construção de narrativas ficcionalizadas e no contágio que o gesto literário propicia ao transladar experiências vividas. Trata-se, pois, de reivindicar o direito à palavra para construir coletivamente um mundo e uma universidade mais inclusivos.

Palavras-Chave: Escrita; Produção de conhecimento racializado; Políticas de narratividade.

1. Introdução

Mais de uma década após o início da aplicação das Ações Afirmativas nas Universidades brasileiras, é evidente a mudança nos perfis dos ingressantes nos cursos de graduação. Entre 2013 e 2019, a variação do ingresso na universidade da população contemplada com a política de cotas foi de um aumento de 205%. Entre os bolsistas concluintes, porém, o grupo das pessoas pardas é o que tem o maior percentual, seguido das pessoas brancas (Nogueira, 2022).

As cotas raciais representam uma das poucas (e ainda insuficientes) respostas dadas pelo Estado brasileiro à secular barbárie produzida contra corpos negros e cujos perversos efeitos seguem, de um lado, naturalizando ausências – de pessoas negras em espaços de poder e decisão –, de outro, normalizando uma necropolítica que condena (quase que inexoravelmente) a existência negra à pobreza, ao subemprego, ao cárcere, à morte prematura, ao não ser. Logo, não se trata de nenhuma benesse ao povo negro, mas de uma política pública que lhe é devida e que atua para mitigar o poder devastador que o racismo ainda exerce na sociedade brasileira (Vaz, 2022, p. 21).

Em 2023, na ocasião de renovação da lei de cotas, a política passou a abranger as políticas de permanência das universidades, dando prioridade para as pessoas que ingressam a partir das ações afirmativas.

¹ Graduanda em Psicologia; Universidade Federal Fluminense; Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil; widlaneoliveira.contato@gmail.com

² Doutora em Psicologia; Universidade Salgado de Oliveira; Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil; tainacfrj@gmail.com

A crescente entrada (e permanência) de populações minoritárias em representação nos espaços universitários tem fomentado a construção de ferramentas ético-metodológicas de ensino e pesquisa que enfrentem os discursos hegemônicos aos quais a universidade está historicamente atrelada. Uma agenda de “descolonização daquilo que somos” passa necessariamente por avaliar a relação de compromisso que existe entre certas modalidades de práticas profissionais que, ao firmar seu solo ético, guardam um mundo e tecem como racionalidades.

A racionalidade ocidental deve a Descartes uma metafísica do sujeito, que elege a consciência como fundamento de uma certeza. Tomar a consciência como ponto de partida significou não apenas que seria pressuposta a independência recíproca entre corpo e espírito, sujeito e objeto, mas que o Eu seria o polo irradiador da verdade e que, a partir do que se encontra na consciência, constitui-se o Ser, a realidade. Ou seja, a partir de uma atividade solipsista, o sujeito poderia chegar à verdade do conhecimento através de um esforço monológico (Grosfoguel, 2016). Na modernidade, o fato de pensarmos passa a exigir um Eu cuja existência é uma realidade indivisível (que não pode ser afetado por nada que lhe modifique a natureza), idêntica a si mesma, atemporal e, portanto, fundamento dela mesma.

Ainda nos é relevante começar a discussão sobre a produção de conhecimento nas universidades tomando Descartes como motivo, porque “as universidades ocidentalizadas seguem carregando o legado cartesiano como critério para validar a produção da ciência e do conhecimento” (Grosfoguel, 2016, p. 30). O espaço da universidade, historicamente habitado pela camada privilegiada da população, reflete e mantém modos de pesquisa e de escrita que reiteram metodologias de pesquisa clássicas. Estas priorizam fatos e dados elencados a priori, supostamente objetivos e naturais, em detrimento das experiências concretas e atuais que emergem no encontro entre as pessoas pesquisadoras com seus campos de análise. Desta forma, acabam por produzir saberes homogêneos e tendenciosamente excludentes.

A despeito da existência de hegemonias nos regimes de verdade que garantem uma metafísica do sujeito, a versão pós-colonial de um projeto de universidade, engajada na construção de espaços de diálogo de discentes negros e de outros grupos racializados, está teoricamente comprometido com a especificidade da experiência racial brasileira. Para além da (Re)composição de ementa e debates curriculares, entendemos que urge criar e sustentar modos de habitar a sala de aula que permitam a emergência de novos enunciados. Outros modos de compor discursos que levam em conta a localização dos sujeitos de conhecimento e suas identidades. Em tempos de retirada de direitos e desmonte das políticas públicas, dar passagem

a outros modos de produção de conhecimento, de modo a modular as relações de poder e os modos hegemônicos de leitura e escrita, garantiria o caráter público dos espaços formativos.

Acreditamos que práticas de produção de conhecimento se dão, também, a partir de uma certa política de narrativa. Assim, as palavras que deitamos na página apresentam pontos de articulação entre experiências e encontros partilhados por docentes e discentes negras nos espaços da Universidade. Estar atentas a essa construção dos saberes e dos paradigmas de construção dessas verdades é essencial para que possamos legitimar outros modos de fazer ciências.

Ao colocar em análise as condições de emergência e permanência da forma escolar – lugar específico separado, baseado na objetificação-codificação-acumulação dos saberes – Guy Vincent (2001), sociólogo francês, aponta que as sociedades escriturais estariam vinculadas a existência de saberes objetivados, codificados e hierarquizados, sendo a escrita a via que permitiria a acumulação e transmissão da cultura. Assim, a codificação de saberes tornaria possível uma sistematização do ensino e permite a produção de efeitos de socialização duráveis. Ou seja,

Trata-se de fazer interiorizar, pelos alunos, determinados saberes que conquistaram sua coerência na/pela escrita (através de um trabalho de classificação, divisão, articulação, estabelecimento de relações, comparação e hierarquização etc.); trata-se de fazer reviver, por um trabalho vivo específico (a prática pedagógica) os resultados do trabalho traçado (Vincent, 2001, p. 29).

Como efeito, os espaços de formação seriam necessariamente marcados como o lugar da aprendizagem de formas de exercício do poder e a normalização das práticas. Será então que deveríamos tomar a escrita como dispositivo a serviço apenas da reprodução de práticas normativas e de saberes desencarnados, pretensamente naturais? Ou ainda que toda prática de educação implicaria na disciplina e controle de populações? Como arranjar as palavras de uma forma que não pretenda ser impessoal e imparcial?

Já aprendemos com Foucault que lá mesmo onde há e incide o poder emerge forças de resistência (Foucault, 1984). Será possível, então, dar visibilidade a algumas modalidades de escrita e seus usos cotidianos (Certeau, 1994) no espaço da universidade que, ao se agenciar com outras instâncias e dispositivos, enfrentam, resistem (Carneiro, 2023; Foucault, 1984), transgridem (Hooks, 2017; Freire, 1967) e descolonizam (Collins, 2019; Anzaldúa, 2021; Kilomba, 2016) os regimes hegemônicos estabelecidos dos modos de produzir e transmitir conhecimento?

Doravante, encaramos o espaço da sala de aula como um lugar de disputa discursiva. Nos interessa, portanto, indagar quais montagens têm fortalecido ou apagado os discursos,

temas e saberes ditos minoritários. O presente trabalho se dedica a uma reflexão sobre as modalidades de leitura e escrita racializadas de textos acadêmicos e suas implicações ético-metodológicas que, assentados no solo experiencial dos sujeitos, tencionam dar subsídio a modos de produção de conhecimento que enfrentem o discurso hegemônico a partir da localização dos saberes (Haraway, 2009). Para tal, partimos dos processos vivenciados do racismo presente no nosso cotidiano como docente e discente negras no curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), no campus localizado na cidade de Campos dos Goytacazes, no interior do estado do Rio de Janeiro.

Nos parece que urge garantir a horizontalidade no cotidiano dos espaços de ensino, compondo com os atores do campo as apostas éticas mais do que regras e procedimentos. Criar uma maneira de transformar em verbo o que há de pele. Se não somos feitas apenas de olhos e mãos,

O olho que tudo vê e ao qual nada deve escapar a fim de garantir fidedignidade, e a mão que escreve e relata os objetos e formas capturados e assim ofertaria, para o eventual leitor, a nítida fotografia de uma realidade distante. Como se a ela coubesse a verificação de realidades estáveis, se distanciando tanto quanto possível do gesto criativo (Oliveira, 2018, p. 60).

Os gestos literários aparecem aqui como importantes aliados metodológicos de pesquisa, não para que se atinja um refinamento estético encerrado em si mesmo, mas para que funcione como ferramenta de interpelação e perturbação do mundo e suas supostas verdades. A composição de histórias de ficcionalizadas é aposta aqui sustentada para dar relevo a existências coletivas e a percursos formativos racializados e, assim, colocar em análise a vida e os embates políticos que constituem a produção de conhecimento contemporânea em jogo no espaço da universidade. Nos interessa, portanto, dar passagem a outras histórias e modos de contar, que – distantes de qualquer pretensão de neutralidade – se deixam contaminar por territórios diversos, repletos de marcas, memórias e sonhos.

2. Sala escura

O período de aulas já iniciou novamente. O campus cheira a tinta guache e excitação. Os estudantes circulam com a pele pintada pelos corredores, interpelando os passantes pedindo dinheiro para coisas importantes: livros novos para a biblioteca, custeio de passagem para alunos com baixa renda e a cerveja para a festa de calourada. Não faz tanto tempo que eu fazia o mesmo rogo a esta gente. Um punhado de anos, uma década apenas, era eu a caloura mendicante. Não te espanta a permanência destes rituais? Estas coisas que não mudam mesmo quando tudo já mudou. Pintar as caras para festejar inícios. Deve ter alguma história por trás

disso. Mas tem muita coisa diferente também, o campus expandiu, tem mais prédios e salas de aula, a quantidade de alunos por turma também, tem até moradia estudantil. Certamente tem história por trás disso. Por debaixo das tintas há mais rostos retintos, bem mais alunas negras nas salas de aula do que há dez anos. Todas muito jovens. As alunas me tomam como uma delas. Acenam despojadamente a distância. Quando me desejam bom dia me chamam pelo nome e não pelo cargo. Eu também as encaro como se fossem velhas conhecidas, ainda que eu não saiba o nome de todas. O brilho nos olhos e o sorriso oblíquo que me ofertam quando cruzam comigo nos corredores eu conheço, reconhecimento. Já os professores, estes sim conhecidos de longa data, ao me cumprimentarem me chamam, com gracejo amigável, de Mestre. Não o fazem por solenidade ou reverência, julgo que querem apenas marcar que sou uma deles. Sou uma deles. Ainda que estranhe a condição, sorrio de volta. Reconhecimento? De que, não sei.

Tem feito muito calor nesta cidade. Tenho saído das aulas por volta das oito da noite direto para o bar da praça, assim aplaco a sede e espero a chegada das meninas do Coletivo. Eu pensei em ir direto para casa, pois me sinto meio esgotada depois de tantas horas de aula, mas eu já não tinha mais desculpas para dar para as meninas. Já era a terceira reunião que eu mataria, mas esta semana tem pauta importante, elas me diziam: para garantir a qualidade da educação, para garantir que os alunos tenham um turno livre para exercer atividades remuneradas. Para garantir a segurança de quem retorna à noite, para pensar nas especificidades dos polos do interior. Tem algo de fascinante em como elas olham o mundo atentas à escassez e à falta, mas ainda sustentando a crença num porvir melhor.

Elas saíam da sala de aula para cá com a energia de quem quer mudar o mundo. Dezenas de milhares de cervejas entornadas enquanto arquitetam rebeliões. Os ambulantes são seus comparsas e as crianças do parquinho suas cúmplices: pois não adianta nada ter como aliado só alunos desta instituição bitolada.

Em geral eu saio das reuniões revigorada, mas hoje eu estou cansada e fico aqui na praça mais para adiar a chegada em casa do que pela reunião propriamente dita. Em casa eu sei o que me espera, sei do tumulto amedrontado que se forma lá quando o Jornal Nacional começa. Morte, doenças, projetos de lei, mandos e desmandos do Executivo exibidos na tela ressoando nas paredes e na pele, deixando o ar de lá irrespirável.

Já essa praça me lembra quando eu estava na graduação e sempre arrumava um tempinho para vir aqui e balançar uma ou duas vezes no balanço. Bêbada eu até tinha coragem de arriscar descer no escorrega. Subindo por onde era para descer e descendo por onde era feito para subir. Sempre inventando um jeito de enxergar o mundo com outros olhos.

Estávamos sem tempo. A próxima aula já vai começar. Do lado de fora, a outra professora impaciente bate na porta pela terceira vez. Eu sorrio e peço só mais cinco minutos. Mais uma mão levantada. Elas não aceitavam o fim. Olhavam-me com aqueles olhos de interrogação. Eu não tinha resposta. Eu quase nunca tenho resposta. Eu olho mais uma vez o relógio, para minhas mãos sujas de caneta Pilot vermelha, as palavras rabiscadas no quadro branco. Experiência urbana. Cidade. Subjetivação. Narrativa. Lugar de Enunciação. Apago as palavras do quadro. Fecho os livros. Alguém no fundo da sala começa uma história. Inimigas do fim. Porque você sabe, né, professora.... E mais uma história segue... Alguém abre a porta de cara fechada e aponta para o relógio em seu pulso. Estávamos sem espaço. Gente, a outra turma já chegou. Na próxima aula retomamos. Deixa só eu acabar a história.

Eu não quero ser a pessoa que diz para elas mais uma vez que não temos tempo, que não temos espaço. Que não temos tempo e espaço para nossas histórias. Mas não temos. Quatro horas de aula, um período inteiro, não dá conta.

Então não digo.

3. Quadro branco

Eu tenho me inquietado com o presente. Com o agora. E não digo daquela preocupação trágica de ‘o mundo está para acabar’, ainda que às vezes pareça que já é tudo ruína. Falo de uma preocupação desta que tensiona os ombros, o corpo, convoca uma atenção, te coloca à espreita como quem fareja que algo está a acontecer, algo que habita no canto dos olhos ainda que não possamos ver. Sinto na nuca um calafrio, sopro de um vento contemporâneo. Numa dobra qualquer da pele, uma anunciação. Algo já está acontecendo.

Povos inteiros sentem que se esgotaram os recursos necessários para continuarem a assumir a sua identidade. Pensam que já não há exterior e que, para se proteger das ameaças e do perigo, é preciso multiplicar clausuras. Fazendo os possíveis para não se lembrarem de nada, sobretudo dos seus próprios crimes e maldade (Mbembe, 2017, p. 09).

O corpo retesado luta para não sair numa fuga desembestada, desferindo golpes contra o vento, esperando acertar aquilo que não chega a ver. Sustenta a posição na trincheira, defende um território, nosso espaço, desta ameaça fantasma. Percebo agora enquanto escrevo que proliferam nessas linhas metáforas bélicas. Estamos em guerra? Seria este o anúncio do vento? Que tipo de guerra é esta?

Dia destes andando na rua vi um tanque do exército. Um tanque, veja você, no meio de uma praça do centro da cidade. O calçamento todo marcado sob seu peso. Se eu quisesse seguir essas marcas, poderia ir ver de onde ele veio. Traçar seu itinerário. Mas aquele veículo era ameaçador demais para que eu seguisse seus rastros, como presa que tateia caminho até a toca de predador. A cena – do tanque na rua, dos fardados armados até os dedos dos pés em roupas ostensivas que não camuflavam mais nada.

Naquela noite eu tive sonhos agitados, lembro de sonhar que levava uma criança pequena para a escola e no caminho tive que ensiná-la a se esquivar de balas. Íamos catando proteção nos quintais das casas, nos escondíamos entre os muros. Era tanta bala e desespero que não tínhamos tempo para ver quem atirava, quem era o inimigo. O certo é que o alvo éramos nós. Nós, eu, a criança e nossas vizinhas. Os tiros e golpes eram *dirigidos sistematicamente contra as mais diversas categorias, segmentos, minorias, subjetividades – contra a população* (Pelbart, 2018, p. 195).

Acordei com o som do meu próprio choro.

Por que será que te conto tudo isso agora? Algo aconteceu que abalou a ordem das coisas. Algo aconteceu. Tem tempo que não vejo tanques nas ruas.

Eu tenho andado bem pouco pelas ruas, elas estão sombrias demais, mesmo de dia. Tenho preferido me manter apenas na companhia daqueles que não me ameaçam tanto, que dão contorno à inquietação e transvaloram o medo em acolhimento: os meus.

Por aqui a guerra é outra, ou talvez apenas outra face da mesma. Destes espaços mais ou menos protegidos que habito – nisso incluo sala de aula e o bar de onde escrevo, esses espaços cheios de amigos – nos acolhemos e investimos em práticas de reconhecimento. Às vezes dá a impressão de que só por aqui, e só assim, é possível tecer aliança. Às vezes, pois, *essa desesperança cria anseios por ideias e estratégias de mudança que podem renovar espíritos e reconstruir bases para a luta coletiva de libertação negra* (Hooks, 1990, n.p., tradução nossa).

Foi ela que me ensinou isto de fazer amizade com toda a vizinhança cada vez que chegávamos a um lugar novo. Dividindo tudo que tínhamos, das ideias as dúvidas. Sigo as indicações, ainda que vez ou outra ainda estranhe os hábitos da vizinhança.

Semana passada não compareci as reuniões e elas acharam que eu estava fugindo da luta e quiçá me reunindo com o inimigo. Veja só, logo eu que mal entendo esta guerra. Estou apenas tentando me ancorar neste espaço que chamo momentaneamente de meu, busco forjar parceria e enfrentar a disputa sem precisar me armar. Sem precisar me armar muito. Preciso de tempo,

um espaço para atentar à experiência bélica que o presente nos convoca. Acho que assim poderei cultivar outras relações com o presente. Com a história do nosso presente.

Já perdi muito para esta luta. Tanto, que agora perco a arena de vista. Como sustentar meu corpo nestes espaços que cheiram a trincheira? Como insistir em ocupá-los? Hoje não quero perder mais nada.

Como ocupar a cidade, a universidade? Estes espaços, onde vez em quando nos encontramos e botamos tudo a perder – porque perder é o que melhor sabemos fazer.

A verdade é que muitos outros grupos agora compartilham com os negros uma sensação de profunda alienação, desespero, incerteza, perda de um senso de aterramento, mesmo que não seja informado por circunstâncias compartilhadas (Hooks, 1990, n.p., tradução nossa).

Alongo-me... Fico imaginando a sua cara de cansada, de preocupada. Percebo que escrevo hoje porque acordei de um sonho ruim, mas com um desejo forte de criar um mundo que mereça a minha cria.

Algo começa a mudar quando me aproximo de outras mulheres negras da turma e quando conheço a única professora negra que tivemos nos primeiros três anos de graduação. Ela ostentava seu corpo negro e uma cara de quem não estava nem aí para o nosso estranhamento. Em algum ponto do curso da disciplina que lecionava, ela nos convida a formar grupos para uma atividade de escrita. Imediatamente os olhares se cruzam e aqueles corpos amigados e parecidos instintivamente se aglutinam.

Juntas, ela e nós, fomos descobrindo o poder que ali poderia ter as nossas palavras. O poder de encontrar mulheres negras como eu, que se ocupavam de povoar aquele espaço da sala de aula com as nossas histórias. Daquele espaço fui convocada a prestar mais atenção.

Juntar palavras num pedaço de papel passou a me trazer um pânico paralisante. A forma truncada com a qual deveria escrever, o distanciamento que deveria assumir, a neutralidade que parece sempre estar a serviço da lógica dominante, uma imparcialidade que nunca existiu no meu mundo, apontavam e riam de mim; questionavam “quem você acha que é para produzir ciência?”.

4. Era uma vez...

“- O que é isso?
- Isto, o quê?
- Este desrespeito pela ordem.
- É uma manifestação de desagrado.

- E em que se baseia?
- Na experiência cotidiana.
- Na experiência pessoal? Qual é a fiabilidade de um estudo desses? Ou fizeste algum estudo sério sobre isso?”
(Cruz, 2020, p. 39).

Sábado à noite. Depois de passar a tarde pelos cafés da cidade, somos atraídas pela música ao vivo que tocava em um lugar meio escondido no centro da cidade. Muito tempo sem encontrar rua, pessoas e, definitivamente, muito tempo sem ouvir uma música ao vivo. Cedemos à tentação e nos sentamos no bar/estúdio de tatuagem/barbearia. Em poucos minutos a quantidade de pessoas triplica. Do meu copo de cerveja passo a observá-las. Depois de duas olhadas viro para ela e comento: “Essa galera não tem nada a ver com a gente.” Assim que termino a frase solto uma risada. Engraçado como a primeira coisa que a gente faz quando chega num lugar é procurar outros de si. Algo semelhante como quem mira um espelho em busca do idêntico. Para que? Este movimento de buscar com os olhos algo familiar, ter ao nosso lado semelhante, parece trazer a sensação de ter os músculos fortalecidos e, de maneira análoga, nos parecia que um ambiente tomado por corpos tão diferente de nós era, ou poderia ser, um espaço inseguro.

O avanço de forças de extrema direita tem favorecido a busca por espaços de afirmação supostamente identitária, onde o anúncio e ostentação de marcas semelhantes garantiria a passagem, a permanência e ainda uma existência supostamente protegida. É sedutora demais a imagem de uma paz temporária, mesmo que eu saiba que esta pacificação não sustenta a força disruptiva de modos outros de vida. Quedamos aos poucos, voluntariamente abrindo mão do encontro interessante e necessário com a diferença. Como erigir modos possíveis de habitar estes espaços da cidade e da vida quando estes estão no presente tão nitidamente marcados por forças individualizantes? Era esta e tantas outras questões que nos atravessavam entre um gole e outro da cerveja.

Na Psicologia se considera os comportamentos, pensamentos, emoções como traços associados a natureza do sujeito, estes remeteriam a uma noção de identidade associada à imutabilidade do modo de ser. Tradicionalmente, a noção de identidade traz a ideia de algo idêntico a si mesmo. Identidade, nos parecia ser uma solução e um problema.

Fora nesta esteira que, inquietas com a força que a noção de identidade tem operado no contemporâneo, o uso político da identidade e da autonomeação (Collins, 2019) poderia propiciar a emergência e consistência de um coletivo politicamente implicado com o presente? Ou estaríamos sempre fadadas a buscar o semelhante e relações ensimesmadas?

Em um polo universitário do interior do estado do Rio de Janeiro, no município de Campos dos Goytacazes, última cidade do país a abolir a escravidão, a Universidade Federal Fluminense (UFF) por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) oferta diversos cursos das ciências humanas, dentre estes o curso de Bacharel em Psicologia. Nós, mulheres negras, contrariando as estatísticas, resistimos e ocupamos este espaço.

Chamaram-nos pretas antes mesmo de nos chamar pelo nome. Entre nomes próprios e apelidos impróprios, entre as letras e gramáticas que utilizavam para nos nomear a um só tempo sedimentavam identidades e colocavam em movimento marcas de segregações bem mais profundas. Apostamos que teríamos que nos tornar capazes de performar enunciações e práticas de si – menos como gesto de identificação e mais como agência localizada –, capaz de movimentar os pensamentos em busca de formas mutáveis individualidades e coletividades.

Em revide, investimos na criação de um coletivo de mulheres negras e acadêmicas de Psicologia. O Coletivo automeado PretasPsi. O uso do nome, pretas, tantas vezes utilizado para diminuir a potência de nossas falas, quando enunciado por nós toma outro tom. Apostamos, pois, no *“caracter necessariamente regional dos nossos conceitos – e, portanto, por uma crítica a todas as formas de universalismo abstracto. Ao fazer isso, tenta romper com a mentalidade vigente que sabemos defender o fechamento e toda a espécie de demarcações, a fronteira entre aqui e acolá, o próximo e o distante, o interior e o exterior, servindo de Linha Maginot para grande parte daquilo que passa hoje por ‘pensamento global’”* (Mbembe, 2017, p. 21).

Resistimos na contramão de perspectivas eurocêtricas hegemônicas e neste percurso, nos cercamos de autores negros e autoras negras, mas não só, parceiros e parceiras negres e não negres, para criar e sustentar um coletivo. O Coletivo automeado PretasPsi reivindica o rompimento da concepção reduzida de raça enquanto recorte, fizemos da automeação o vetor necessário para que habitássemos a arena política. No entanto, esta automeação não mais mira universais estanques, mas antes a possibilidade de se abrir fissuras nos espaços já e ainda engessados na academia, para que possamos em meio ao presente colapsante seguir defendendo o caráter público dos espaços e da vida.

Eu não lembro o primeiro texto que li na graduação, mas lembro bem da primeira vez que li o “Falando em línguas: Uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo” da Glória Anzaldúa (2021). Se antes eu passava o tempo lendo os rótulos e as cartilhas, descobri bem cedo que no espaço da universidade que os rótulos e cartilhas eram outros. Hoje, quando

as vozes começam a ficar altas demais, quando o exercício da escrita começa a consumir a minha energia, quando não consigo pensar em nada além de “quem sou eu, pobre [menina negra] para pensar que poderia escrever?”, “o que tenho para contribuir, para dar?”, sou guiada mais uma vez para a carta da Anzaldúa. Quase escuto, como um sussurro, ela me dizer para deixar sangrar, para dançar pelas páginas. E deixo. “Por que sou levada a escrever?”.

Quando nova eu escrevia diários. Um dia após o outro permitia que os acontecimentos cotidianos e os sentimentos passassem para o papel. Nunca me considerei uma escritora, apesar de sempre escrever. Ser escritora sempre pareceu uma coisa totalmente fora do meu alcance. Se eu sabia escrever, não tinha e nunca teria as condições necessárias para me chamar ESCRITORA. Não tinha a criatividade, o vocabulário extenso, o tempo, a casa. Mas eu escrevia diários, assim como a Glória escreveu uma carta. Nessa carta ela se demora e se esforça para mostrar a nós, mulheres escritoras do terceiro mundo, que podíamos escrever. Que precisávamos escrever. Fui levada, pela primeira vez, a pensar o que atravessa a escrita de mulheres negras.

A Neusa Santos Souza em “Tornar-se negro” (2021) diz da importância da produção do conhecimento sobre o negro produzido por ele mesmo e que a experiência era a matéria-prima para a sua escrita. Sabe, entre os livros foi onde pude ser alguém. Ser eu. Foi com os diários que pude dar importância para a vida. Hoje vejo que o investimento na escrita é também investir na libertação. Subverter essas regras é também subverter o lugar em que me colocaram. É tomar as rédeas e as palavras e construir um mundo mais gentil para mim, para nós.

Foi aí que “*os medos que dominam nossa existência e moldam nossos silêncios começaram a perder seu controle sobre nós*” (Lorde, 2020, p. 45).

E as histórias puderam seguir.

5. Garatujas pretas

Hoje decidi que começaria a chamar uns rabiscos doidos e fabulações meio pretensiosas de pesquisa. Pensei “bom, já que estou tomando tanto tempo pensando nisso, talvez deva ser hora de assumir a questão”. Mas o problema maior é... QUE QUESTÃO? Me sinto uma coitada criança que não é alta o suficiente para alcançar o balcão para pegar aquele docinho que consegue de cá ver. Comecei escrevendo umas histórias. Escrevia uma frase por vez e aquilo me custava muitíssimo. Depois rabiscava tudo, envergonhada de ver aquelas palavras ali, que saíram de mim e que pretendiam dizer alguma coisa. Fico pensando agora se “vergonha” é a melhor palavra para expressar essa sensação. Eu me senti vigiada. Sentia que a qualquer momento alguém chegaria apontando e rindo da minha tentativa ridícula de escrever, mesmo

que algumas coisas fossem mesmo ridículas. Como no dia que rabisquei na caderneta: “Ideia de pesquisa: Análise histórico-cultural do comportamento do indivíduo”. Pois bem, como não apontar e dar risada mesmo dessa baboseira? E veja bem, a palhaçada não é bem a questão, mas aparentemente uma das primeiras habilidades que ganhei na universidade foi o poder de juntar várias palavras e achar que estava inventando o mundo, quando na verdade nem sabia muito bem o que estava dizendo.

Segui folheando uma caderneta e achei mais um monte dessas “ideias” circuladas em balõezinhos coloridos. Hoje eu dou risada de mim mesma, mas se prestarmos atenção, podemos ver um certo processo. Assim como exclamações constantes de como eu me sentia inadequada, imprópria, indesejada. E também muitos trechos escondidos atrás de desenhos ansiosos. Um esforço muito grande precisou ser feito para que eu não sucumbisse a essa sensação de que eu não devia estar ali, na universidade.

E foi assim que um dia eu folheava as minhas mil cadernetas e achei que fosse hora. Apesar da desordem e aleatoriedade das minhas ideias de pesquisa, o que importa para mim nesse momento é que, evidentemente, já vinha me dedicando a ser pesquisadora há algum tempo. Então quando a recorrência dos registros sobre o que seria isso de fazer uma pesquisa foram aumentando, percebi que isso tinha certo valor para mim.

A minha primeira ideia que hoje ainda me faz ter vontade de escrever foram as memórias sobre a casinha de madeira da minha infância. Era mais uma sensação que uma memória, de fato. Aquilo que sentimos, talvez, quando acreditamos que algo é importante, mas sem conseguir dizer muito bem o porquê. E, logo em seguida de algumas memórias, também uma interjeição que apontava como tudo aquilo era muito pessoal. E seguido, ainda, de um “conto nenhum se conta à toa”.

Talvez, por isso, se faz necessário apostar em fazer outro movimento, não mais o de se buscar um progresso ideal, nem de olhar para o futuro, esperando se chegar em alguma solução lá. É preciso sonhar no presente, apostar num campo de experimentações possíveis, de sentir as passagens desse devir-outro. De poder passar outras existências- narrativas, na aposta de que Brasil, sonhos, podemos construir no presente.

Acho que ainda concordo comigo mesma. De fato, conto nenhum se conta à toa. Então agora tento contar as histórias que se apresentam para mim e confio que ali deve ter alguma coisa que valha permanecer. Que as palavras que eu rabisco merecem ficar um pouco mais de tempo na página.

Um pouco mais de tempo, só um parágrafo mais...

6. Considerações

Silvia Cusicanqui (2021), ao se interrogar sobre práticas e discursos descolonizadores, ressalta a importância de se considerar o papel de intelectuais na dominação imperial. Concordamos com ela quando diz que “temos a responsabilidade coletiva de não contribuir com a renovação dessa dominação” (Cusicanqui, 2021, p. 102) e que,

Ao participar de fóruns e nos prestar a troca de ideias, poderíamos, sem querer, oferecer armas aos inimigos. E esse inimigo possui múltiplas facetas, tanto locais quanto globais, situadas nos recantos do “poder pequenino” de nossas universidades e bibliotecas paupérrimas, assim como nas cúpulas do prestígio e privilégio, nesses “palácios” que, segundo Spivak são as universidades do norte, de onde saem as ideias dominantes...” (Cusicanqui, 2021, p. 103).

Considerar-nos atoras de um processo de descolonização dessas práticas acadêmicas dentro das paredes e cercos da universidade só é efetivo quando nos atentamos ao fato de que “não pode haver um discurso da descolonização, uma teoria da descolonização, sem uma prática descolonizadora” (Cusicanqui, 2021, p. 101). Propomos, com a articulação entre os conceitos da perspectiva feminista e decolonial e a experiência, dar relevo ao vivido e assim encarar a escrita como vetor potente no gesto de enunciação e criação de si.

A ficcionalização da vida, as narrativas experienciais em confluência com os gestos literários aqui experimentados nos permitiu considerar que pesquisar e produzir conhecimento se assemelha ao gesto de contar uma história. E a tessitura e partilha destas histórias dentro do espaço da sala de aula, bem como a criação coletiva de algumas ferramentas, possibilita-nos encarar o texto e o processo de produção textual acadêmica dentro do espaço da universidade não como retrato de uma realidade objetiva e estanque, mas, antes, como gesto de criação de mundo.

Não se trata de optar pela experiência em detrimento da teoria, mas antes de considerá-la como ferramenta adequada para a produção de conhecimento, como indicado por Collins (2019), Hooks (2019). Ao fazê-lo, miramos no desmonte de estruturas coloniais de construção de saber, que deixam de fora, quando não apagam deliberadamente, histórias corporificadas. Para tal, nos pareceu necessário a construção/retomada de histórias, modos de narrar, e posturas ético-metodológicas afeitas a modulação inventiva da vida.

Muitas vezes se justifica a ficção como uma pretensa fuga da realidade, como se esta não nos chegasse ou nos magoasse, e por isso necessitássemos da imaginação, um pouco como precisamos de drogas e de entretenimentos. Podemos ser mais pragmáticos e descobrir na fantasia uma utilidade bem maior do que esse escape psicológico dos horrores e injustiças. A ficção não é um escape da fealdade (ou apenas isso), do horror e da injustiça social. É, isso sim, o planejamento para a construção de uma alternativa, a arquitetura de uma outra hipótese de sociedade que seja mais consentânea com as nossas expectativas humanas e morais (Cruz, 2020, p. 61).

Neste lastro, a literatura, biomitografia (Lorde, 2021) / escriturabilidade (Evaristo, 2020), aparecem como aliadas que nos auxiliaram a dar relevo a dimensão política implicada nos processos de ensino, ao lugar do leitor, aos processos de produção de conhecimento dispositivos de educação, apostando que esta seria uma via de acesso a um comum partilhado pelas narrativas inconclusas aqui tecidas.

Uma aposta metodológica que mexe, remexe, muda não só quem escreve, mas também quem lê. Força a criação de outras formas de leitura e apreensão do texto. Na aposta de que a produção científica quando aterrada na nossa experiência e naquilo que nos constitui enquanto seres singulares, nos auxiliam a pensar e a construir coletivamente o presente. Para reivindicar o direito à palavra, direito de enunciá-la, e assim fazer consistir um mundo e uma universidade que nos interesses, tecemos junta histórias das vidas que importam.

Referências

- ANZALDÚA, G. *A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios*. Rio de Janeiro: A bolha editora, 2021.
- CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CRUZ, A. *Vamos comprar um poeta*. Porto Alegre: Dublinense, 2020.
- CUSICANQUI, S. R. *Chixinakax Vtxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores*. São Paulo: N-1 edições, 2021.
- EVARISTO, C. A escriturabilidade e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (Org.). *Escriturabilidade: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Rev Soc estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- HOOKS, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, B. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, B. *Yearning: Race, Gender, and Cultural Politics*. South End Press, 1990.

LORDE, A. *Irmã Outsider*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

LORDE, A. *Zami: uma nova grafia do meu nome – uma biomitografia*. São Paulo: Elefante, 2021.

MBEMBE, A. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

NOGUEIRA, C. Ingresso de negros em universidades aumenta 205% com Lei de Cotas. *Poder 360*, [s.l.], 30 ago. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/educacao/ingresso-de-negros-em-universidades-aumenta-205-com-lei-de-cotas/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

PELBART, P. P. Da Guerra civil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 70, n.esp., p. 190-198, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 ago. 2020.

SOUZA, N. S. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

VAZ, L. S'A. *Cotas Raciais*. São Paulo: Jandaíra, 2022.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em revista*, n. 33, p. 07-47, 2001. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-46982001000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jan. 2024.

Políticas de produção de conhecimento: experiências racializadas en la universidad y la transformación de la narrativa académica

Resumen

Partiendo de la consideración del cambio en el perfil de ingresantes a la universidad, a raíz de la Ley de Cuotas para la Educación Superior, este artículo busca discutir cómo la creciente entrada (y permanencia) de poblaciones minoritarias en la representación de los espacios universitarios ha impulsado la construcción de herramientas ético-metodológicas para la enseñanza e investigación que enfrentan los discursos hegemónicos a los cuales la universidad está históricamente vinculada. Considerando la importancia de crear espacios de diálogo e investigación comprometidos con la especificidad de la experiencia racial brasileña, creemos que el aula es un lugar de disputa discursiva y proponemos una reflexión sobre las modalidades racializadas de lectura y escritura académica. A partir de experiencias como estudiantes y educadores negros en un campus del interior de una universidad federal, abogamos por la construcción de narrativas ficcionalizadas y el contagio que el gesto literario facilita al traducir experiencias vividas. Se trata, por lo tanto, de reclamar el derecho a la palabra para construir colectivamente un mundo y una universidad más inclusivos.

Palabras claves: Políticas de narratividad; Escritura; Producción de conocimiento racializado.

Politiques de Production de Savoirs : expériences racialisées à l'université et transformation de la narration académique

Résumé

À partir de la considération du profil changeant des nouveaux entrants à l'université, découlant de la Loi d'Action Affirmative pour l'Enseignement Supérieur, cet article cherche à discuter comment la présence croissante (et persistante) des populations minoritaires dans les espaces universitaires a favorisé le développement d'outils éthico-méthodologiques d'enseignement et de recherche qui remettent en question les discours hégémoniques auxquels l'université a historiquement été liée. En considérant l'importance de créer des espaces de dialogue et de recherche engagés dans la spécificité de l'expérience raciale brésilienne, nous croyons que la salle de classe est un lieu de contestation discursive et proposons une réflexion sur les modalités racialisées de lecture et d'écriture académiques. S'inspirant d'expériences en tant qu'étudiants et éducateurs noirs dans une branche intérieure d'une université fédérale, nous plaidons pour la construction de récits fictionnalisés et le contagion que les gestes littéraires facilitent dans la traduction des expériences vécues. Il s'agit donc de revendiquer le droit à la parole pour construire collectivement un monde et une université plus inclusifs.

Mots-clés: Politiques de Narrativité ; Écriture; Production de Savoirs Racialisés.

Knowledge Production Policies: racialized experiences in the University and the transformation of academic narrative

Abstract

Starting from the consideration of the changing profile of university entrants, stemming from the Affirmative Action Law for Higher Education, this article seeks to discuss how the growing presence (and persistence) of minority populations in university spaces has fostered the development of ethical-methodological teaching and research tools that challenge the hegemonic discourses to which the university has historically been tied. Considering the importance of creating spaces for dialogue and research committed to the specificity of the Brazilian racial experience, we believe that the classroom is a site of discursive contention and propose a reflection on racialized modalities of academic reading and writing. Drawing from experiences as black students and educators in an inland branch of a federal university, we advocate for the construction of fictionalized narratives and the contagion that literary gestures facilitate in translating lived experiences. It is, therefore, about claiming the right to the word to collectively build a more inclusive world and university.

Keywords: Narrativity Policies; Writing; Racialized Knowledge Production.